

A hora da emergência

27 SET 1989

Com Brasil

ABRAM SZAJMAN

ELCBO

Tem-se afirmado de várias maneiras e nos mais diversos círculos que o atual Governo não dispõe de condições políticas para implementar a correção de rumos da economia e que somente lhe resta a alternativa de adiar a situação vigente até a posse do novo Presidente da República.

Tal afirmação não faz justiça ao senso de responsabilidade do atual Presidente, revelada em vários momentos difíceis da vida nacional, com entusiasmo e perseverança. Analisando de longe sua atuação no Plano Cruzado, pode-se concluir que revelou considerável capacidade para aprender com os fatos. Vencido o constrangimento devido à necessidade de socorrer correligionários políticos no âmbito interno, não lhe faltam condições para situar o País na atual conjuntura internacional. E tomar as decisões necessárias.

Que papel caberá à América Latina num planeta de três continentes econômicos: um, englobando 12 nações da Europa, outro, reunindo dois ou três países da América do Norte, e, por fim, o Japão, investindo 18 bilhões de dólares anuais na Malásia, nas Filipinas e na Indonésia?

Não resta muito tempo aos estrategistas nacionais para adaptar o País à nova realidade do Mundo ou até para acompanhar em pé de igualdade os processos de ajustamento que já podem ser observados na América do Sul. Os seis meses que restam para o atual Governo podem ser mais bem utilizados se forem destinados a deixar o terreno limpo para que o próximo Presidente tenha condições de retomar taxas de crescimento mais

condizentes com a capacidade de produção instalada no País.

Há outros aspectos a considerar. A rolagem, com juros altíssimos, da dívida pública interna até meados de 1990 conterà sempre o risco embutido de deflagrar uma hiperinflação, processo que constitui, em última análise, a terapêutica final, pois obriga a sociedade a alcançar, em marcha batida, um consenso sobre o ajuste econômico.

As dificuldades para executar esse ajustamento são as mesmas numa grande inflação ou numa hiper. Isso nada mais é do que a redução da economia, subitamente aumentada devido à expansão exagerada do Estado ao seu tamanho real. A correção será feita, de uma maneira ou de outra, mais cedo ou mais tarde. Melhor que seja feita imediatamente.

Basicamente, ela implica duas ordens de providências. Uma, emergencial, contendo uma política fiscal austera, com eliminação do déficit público pela redução dos gastos do Governo e sem elevação dos tributos, posto que a experiência comprova que as despesas crescem antes que a arrecadação seja ultimada. Ainda como emergência, a emissão de moeda para cobrir o déficit deverá ser proibida.

No prazo mais longo de cinco anos será necessário promover a reforma do Estado, nos três níveis do Governo, com redução não apenas do pessoal mais de sua própria estrutura, a fim de que seja contido num porte pequeno em que não possa mais se constituir em ameaça ao crescimento da economia da Nação.

Tomadas as providências básicas, terão sido estabelecidas condições para a liberalização da

economia. Será então possível eliminar as tarifas sobre as importações e transformar em único o imposto sobre importação; adotar o câmbio livre, monitorado pelo Governo; promover a venda das empresas estatais ao setor privado — nacional ou internacional; estabelecer regras mais objetivas para o abuso do poder econômico, com punição para os oligopólios e monopólios; transformar a conversão da dívida mediante um esquema criativo, que evite a expansão dos meios de pagamento; dar liberdade ao mercado de trabalho.

Qualquer dessas medidas, tomada isoladamente, não apresentará resultado algum. Juntas, constituem um sistema de liberalização da economia para integrá-la ao Mundo e dar-lhe dinamismo. Não haverá grandes perdedores nem grandes vencedores, num primeiro passo. Todos terão de ceder, mas nada poderá ser feito se todos perseverarem em manter posição intocável.

Para executar esse plano, com duração prevista para cinco anos, o Governo deverá obter do Congresso duas leis: uma, de emergência econômica, e outra para implantar as reformas no setor público. Não será preciso mais do que essas providências para, em pouco tempo, fazer a economia brasileira retomar um desenvolvimento mínimo de 8% ao ano, como é de sua tradição.

Basta ao Presidente assumir seu papel de estadista, pensar no Brasil em face do Mundo. E assumir sua responsabilidade histórica.